

Os programas, do PMDB a Bulhões

Propostas de política econômica e de combate à inflação para o Governo que assumirá o comando do país a partir de março de 1985, divulgadas publicamente até o momento atual:

Economistas. Declaração dos Conselhos de Economia. Proposta do Conselho Federal de Economia (Confecon) e dos presidentes dos Conselhos Regionais. Divulgada em São Paulo em 23 de julho de 1984, com 31 assinaturas. Conta com o apoio maciço dos economistas do PMDB.

— Reestabelecimento imediato do crescimento econômico a taxas de 6% a 7% ao ano, com criação de empregos, redistribuição de renda e eliminação dos bolsões de pobreza.

— Programa de emergência: criação de novos empregos através de novas frentes de trabalho urbanas e rurais, ao nível do salário mínimo, para trabalhadores desempregados; programa de oferta de alimentos a preços reduzidos; revogação do Decreto-Lei 2.065 e reajustes integrais com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); compatibilização das prestações dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação com a capacidade de pagamento.

— Medidas financeiras e fiscais. Desdolarização dos ativos e passivos das empresas e instituições financeiras e desindexação dos papéis de curto prazo. Preservação da correção monetária pós-fixada só para cadernetas e ORTNs de longo prazo, não negociáveis.

— Política monetária e creditícia flexível. Queda dos juros. Aumento do déficit fiscal, para reativar o setor público em áreas prioritárias. Controle de preços; espaçamento dos reajustes dos preços administrados; importação de produtos agrícolas ou contingenciamento da exportação quando necessário para reduzir os preços dos alimentos. Realismo cambial.

— Liberdade sindical e direito de greve.

— Política de enfrentamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para mudar o programa econômico imposto ao Brasil, ou rompimento com o Fundo. Reescalonamento da dívida, redução dos juros e até mesmo moratória.

— Reforma na estrutura agrária, recuperação do princípio federativo e mudança no perfil industrial e tecnológico.

BNDES — Documento sigiloso do Departamento de Planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social sobre os “Cenários para a Economia Brasileira”, de ajustamento econômico ou recuperação. Foi elaborado em fins de junho.

— Defesa da retomada do desenvolvimento por ser uma opção melhor para a sociedade brasileira do que a política de ajustamento econômico. Taxa média de

crescimento de 7% de 1985 a 1990. Recuperação do nível de renda per capita de 1980 (o maior da história) em 1987.

— Retomada do investimento público e privado a partir de 85, com prioridade para o desenvolvimento social. Política creditícia e monetária menos rígida e criação de empregos.

— O documento conclui que com a recuperação econômica a redução da inflação seria mais provável do que no caso da continuidade do ajustamento, com controle rígido da moeda e do crédito.

— Queda nos juros, evolução da poupança interna, aumento nos lucros das empresas, pela redução dos custos, devido à queda da inflação, e aumento na receita tributária dos Estados e Municípios e do Governo Federal.

— Renegociação da dívida externa a longo prazo, sem planos anuais de pagamento. Autonomia para a economia interna.

Abílio Diniz — Proposta para a retomada do crescimento econômico, que será entregue ao candidato à Presidência, Tancredo Neves. Foi divulgada em conferência na Escola Superior de Guerra, no dia 1º de agosto.

— Retomada das taxas históricas de crescimento econômico de 7%. Geração de empregos. Programa econômico coerente. Combate à inflação, com prioridade absoluta para a agricultura.

— Desindexação gradual da economia, “sem radicalismos”, espaçamento dos reajustes dos preços administrados. Saneamento financeiro com controle dos gastos públicos. Menor intervenção do Estado e maior participação do setor privado na economia. Investimentos públicos sociais.

— Abolição do Decreto-Lei 2.065 e reajustes integrais de salários, até a queda da inflação.

Roberto Campos — Proposta divulgada no documento “Economia de Mercado: Por quê?”. Data de junho de 84 e foi distribuído pela Associação de Bancos do Estado do Rio de Janeiro (Aberj) e pelo Movimento Nacional pela Livre Iniciativa.

— Defende a economia de mercado, a liberdade de produzir, a liberdade de exportar, a liberdade de contratar, a liberdade de pesquisar, a descentralização, a desestatização e a desintervenção.

— Acabar com a economia de comando, centralizada, acabar com “a informática é nossa, o petróleo é nosso, e os monopólios privados”; investimentos externos; maior uso da tecnologia importada; incentivos à empresa de controle nacional.

— Liberdade de contratar; livre negociação salarial; eliminação de subsídios e corte dos dispêndios públicos, para que surjam mais recursos disponí-

veis ao setor privado; indexação formal, contratada pelos agentes econômicos.

— Descentralização da pesquisa de petróleo, que deixaria de ser monopólio da Petrobrás. Descentralização administrativa, combate ao centralismo e limitação do papel do Estado na economia. Desativação de empresas públicas deficitárias e repartição das ações das empresas públicas de capital aberto.

— Inflação combatida pela contenção do setor público e ampliação do espaço do setor privado na economia.

— Reescalonamento da dívida externa sem romper com credores e com o FMI. Pagamento de juros limitado a um percentual da receita das exportações.

Afonso Celso Pastore — Palestra na Escola Superior de Guerra, em 24 de julho deste ano.

— Manutenção da política de combate gradualista à inflação. Política monetária e creditícia sob controle rígido. Desindexação, com mudanças na política de desvalorização da moeda e na política de fixação da correção monetária. Taxa de câmbio e correção monetária não podem acompanhar a taxa de inflação, passada. Juros altos ainda por alguns anos. Recuperação econômica feita através das exportações e da agricultura.

— Plano plurianual de pagamento da dívida externa, prazos de carência e pagamento mais amplos e taxas menores.

Octávio Gouvêa de Bulhões — Proposta número 1, divulgada em entrevista e conferências:

— Tratamento de choque contra a inflação. Desindexação completa da economia. Congelamento de preços, salários, moeda e crédito. Eliminação da correção monetária. Câmbio com base no preço dos produtos exportados. Queda dos juros e da inflação e retomada dos investimentos públicos prioritários.

Octávio Gouvêa de Bulhões — Proposta 2, apoiada pelo ex-Ministro Mário Henrique Simonsen. Defendida pelo próprio Simonsen em conferência realizada no Rio Palace, no dia 8 de agosto.

— Combate à inflação através de um tratamento de choque parcial ou “mais ameno”. Criação do Dia D da desindexação da economia, no qual seriam congelados o crédito e a moeda e sincronizados os últimos reajustes de salários e contratos, como o de aluguéis. O Dia D poderia ser 31 de dezembro de 84.

— Controle rígido de preços. Política fiscal apertada. Correção monetária e câmbio fixados com base na previsão de inflação futura. Redistribuição de renda e retomada de crescimento econômico seriam objetivos a serem perseguidos após a queda da inflação. Livre negociação salarial após o Dia D.